

[illegible]

A collage of green hexagons containing white icons representing various sustainable practices: recycling, energy efficiency, water conservation, waste management, and renewable energy.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

COMPOSIÇÃO:

Desembargador José Maria Teixeira do Rosário - Presidente

Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque - Vice-Presidente e Corregedora

Domingos Daniel Moutinho da Conceição Filho - Juiz Federal

Rosa de Fátima Navegantes de Oliveira - Juíza de Direito

Marcus Alan de Melo Gomes - Juiz de Direito

Marcelo Lima Guedes - Jurista

Alan Rogério Mansur Silva - Procurador Regional Eleitoral

Diretoria-Geral: Bruno Giorgi Almeida e Silva Diretor-Geral

Secretaria de Planejamento: Elaine Cristina de Jesus Santana da Silva Machado
Secretária de Planejamento

Coordenadoria de Gestão de Processos e Governança:

Sabrina Bittencourt Guimarães Casto
Coordenadora

Seção de Gestão da Sustentabilidade Ambiental e Social:

Lísia Regina Franco Dias Chefe de Seção / Analista Judiciária

Alcyone Beatriz de Oliveira
Analista Judiciária

Kathleen Bárbara Reis da Silva
Colaboradora

Josiane Amanda Miranda Raposo
Colaboradora

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA), em consonância com sua missão institucional de assegurar a legitimidade do processo eleitoral com eficiência, transparência e responsabilidade socioambiental, apresenta o seu Plano de Descarbonização para o período de 2025. O referido plano foi elaborado com base na Resolução nº 400/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabelece diretrizes para a promoção da sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, e alinha-se aos compromissos nacionais e globais de enfrentamento à crise climática.

A iniciativa parte do reconhecimento do impacto ambiental das atividades institucionais e da necessidade de adotar práticas que promovam a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), com o objetivo final de alcançar a neutralidade de carbono (Net Zero) até o ano de 2050. Nesse contexto, o TRE-PA realizou o diagnóstico das suas emissões com base no GHG Protocol, identificando um total de 552,119 toneladas de dióxido de carbono equivalente (tCO₂e), distribuídas da seguinte forma: 247,897 tCO₂e no escopo 1 (emissões diretas), 189,502 tCO₂e no escopo 2 (emissões indiretas associadas à energia elétrica) e 114,72 tCO₂e no escopo 3 (emissões indiretas relacionadas a deslocamentos, resíduos e efluentes).

As metas estabelecidas no plano preveem a redução mínima de 30% das emissões totais até 2030 e a neutralização completa até 2050. Para tanto, o plano contempla um conjunto de ações estruturadas nos três escopos de emissão, priorizando a mitigação antes da compensação. Entre os destaques, estão a implantação da usina fotovoltaica em Santarém, com previsão de atender até 80% da demanda energética dos cartórios eleitorais, e os estudos para sua expansão em outras unidades. A política de mobilidade institucional também será aprimorada com a execução do projeto Eco Rota 360, que utilizará inteligência artificial para a racionalização de rotas e redução de emissões, bem como com a renovação progressiva da frota por veículos híbridos.

No campo da gestão de resíduos e efluentes, o TRE-PA irá reforçar a implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), com ações de coleta seletiva, compostagem e parcerias com cooperativas de reciclagem. Também estão previstas intervenções para otimizar o uso da água e reduzir o volume de efluentes gerados. No que se refere às emissões residuais, o plano estabelece a compra de créditos de carbono no mercado voluntário e a execução de ações de reflorestamento com espécies nativas, em articulação com prefeituras e órgãos ambientais, como forma de compensação.

A execução do plano ocorrerá de forma escalonada, com metas intermediárias e monitoramento contínuo dos indicadores de desempenho. Dessa forma, o TRE-PA reafirma seu compromisso com a governança ambiental, a responsabilidade institucional e a construção de um futuro mais justo e sustentável para a sociedade paraense.

SUMÁRIO

03	INTRODUÇÃO
04	PRIORIDADES
05	OBJETIVOS E METODOLOGIA
06	ESCOPOS DAS EMISSÕES
07	INDICADORES DE DESEMPENHO
18	AÇÕES DE MITIGAÇÃO
19	COMPENSAÇÃO DE EMISSÕES
21	SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO
23	CRONOGRAMA

21

CRONOGRAMA

INTRODUÇÃO

A elaboração de um Plano de Descarbonização vai muito além de ser uma simples técnica de gestão. Para ser verdadeiramente efetivo, esse plano precisa ser cuidadosamente estruturado e implementado, com ações concretas e mensuráveis, alinhadas a práticas ambientais que realmente reduzam as emissões de gases de efeito estufa (GEE) da operação da organização.

O plano de descarbonização é essencial para qualquer organização que se comprometa com a sustentabilidade e a responsabilidade social. Ele permite que a empresa identifique suas fontes de emissão de GEE, estabeleça metas de redução e desenvolva estratégias para alcançá-las. Além disso, um plano de descarbonização pode ajudar a empresa a melhorar sua imagem e reputação, atrair e reter talentos e se diferenciar da concorrência.

Benefícios de um plano de descarbonização

A elaboração e implementação de um plano de descarbonização pode trazer inúmeros benefícios para a organização, como:

- Redução das emissões de GEE.
- Melhoria da imagem e reputação.
- Atração e retenção de talentos.
- Diferenciação da concorrência.
- Aumento da eficiência e da produtividade.
- Redução dos custos operacionais.
- Contribuição para a sustentabilidade e a responsabilidade social.

PRIORIDADES

Dentro do contexto da descarbonização e da gestão de emissões de gases de efeito estufa (GEE), a prioridade central é, inequivocamente, a redução real das emissões. Isso significa que, antes de considerar qualquer forma de compensação, como a compra de créditos de carbono, o foco principal deve ser em implementar ações concretas e efetivas para diminuir a pegada de carbono da organização.

Esse princípio é reforçado pelas normas e protocolos que regem a gestão de GEE:

- GHG Protocol: Enfatiza a necessidade de medição precisa e transparência no processo de gestão de emissões. Coloca a redução efetiva das emissões nas operações da organização como prioridade.
- ISO 14064: Fornece diretrizes para a quantificação e o relato das emissões de GEE.

Contribui para que as organizações possam medir e rastrear suas emissões de forma consistente e confiável, tornando a redução mais efetiva.

- PAS 2060: Orienta sobre como alcançar e demonstrar a neutralidade de carbono.

Reforça a importância de priorizar ações de redução antes de recorrer à compensação. Portanto, a hierarquia de prioridades é clara:

Redução:

Implementar medidas para diminuir as emissões diretas e indiretas da organização.

Compensação:

Utilizar créditos de carbono e/ou plantio de árvores apenas para compensar emissões residuais que não podem ser eliminadas.

Essa abordagem garante que os esforços de descarbonização sejam genuínos e contribuam de forma significativa para a mitigação das mudanças climáticas.

O princípio do poluidor-pagador reforça a importância da responsabilidade ambiental e da busca por soluções sustentáveis. A compensação de emissões, como a compra de créditos de carbono, deve ser encarada como um último recurso, e não como uma "permissão para poluir".

É fundamental que as organizações se esforcem ao máximo para reduzir suas emissões de GEE, implementando medidas de eficiência energética, investindo em tecnologias limpas e adotando práticas mais sustentáveis em suas operações. A compensação deve ser utilizada apenas para neutralizar as emissões que não podem ser eliminadas por outros meios.

Permitir que as emissões aumentem sob a justificativa de que podem ser compensadas posteriormente é um equívoco que compromete a integridade do plano de descarbonização e, em última análise, prejudica o meio ambiente. O objetivo principal deve ser sempre a redução efetiva da pegada de carbono, com a compensação atuando como um complemento para alcançar a neutralidade.

A transparência e o compromisso com a sustentabilidade são cruciais nesse processo. As organizações devem ser honestas em relação aos seus esforços de descarbonização, divulgando informações claras sobre suas emissões, metas de redução e ações de compensação. Essa postura demonstra responsabilidade e contribui para a construção de um futuro mais sustentável.

OBJETIVOS E METODOLOGIA

OBJETIVO GERAL

O objetivo central de qualquer plano de descarbonização é, sem dúvida, reduzir as emissões até o ponto de zerá-las, sendo esta a prioridade em todas as ações e metas estabelecidas. Somente quando a redução for plenamente impossível, o residual pode ser compensado com créditos de carbono, respeitando a filosofia de que, antes de compensar, devemos buscar minimizar as emissões ao máximo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Reduzir as emissões de GEE resultantes do funcionamento do TRE do Pará;
- Conscientizar o corpo laboral acerca do tema descarbonização;
- Implementar medidas de mitigação e compensação;
- Melhorar a eficiência no uso de energia e transportes institucionais;
- Promover gestão de resíduos; e
- Alcançar emissões líquidas zero (Net Zero) até 2050.

METODOLOGIA

1. Reuniões com as unidades responsáveis pelos dados mensurados na Ferramenta GHG Protocol para compartilhar responsabilidades, definir as ações e as metas a serem alcançadas.
2. Produzir o Inventário de Emissões de GEE, por etapas, seguindo os padrões mínimos para Inventários de GEE da Justiça Eleitoral.
3. Definir as metas de redução para os escopos 1 (emissões diretas), 2 (emissões indiretas relacionadas à aquisição de energia elétrica) e 3 (emissões indiretas provenientes de deslocamentos e gestão de resíduos).
4. Adoção de cronograma de execução com monitoramento contínuo.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Indicador	Descrição	Fórmula / Unidade	Valor Atual (2024) -	Meta 2026	Meta 2030
1. Redução percentual das emissões por escopo (%)	Percentual de redução das emissões de GEE por escopo em relação ao ano-base (2024)	% redução = (Emissão 2024 - Meta) / Emissão 2024 × 100	Esc.1: 247,897 / Esc.2: 189,502 / Esc.3:114,720	Esc.1: -10% → 223,107 tCO₂e Esc.2: -15% → 160,077 tCO₂e Esc.3: -10% → 103,248 tCO₂e	Redução total ≥30%: 386,483 tCO₂e
2. Emissão média por servidor	Emissões totais divididas pela força de trabalho (827)	tCO ₂ e/servidor/a no = 552,119 ÷ 827	0,6675 tCO₂e/servidor/ano	≤ 0,50 tCO ₂ e/servidor/a no	≤ 0,35 tCO ₂ e/servidor/a no
3. Energia elétrica de fonte renovável (%)	Proporção da energia consumida oriunda de fontes renováveis - solar.	% energia renovável = Energia renovável / Energia total × 100	0% (antes da usina)	≥ 80% com usina fotovoltaica de Santarém	100% em todas as unidades dos interiores.
4. Frota sustentável (%)	Proporção da frota composta por veículos híbridos, a etanol.	% frota sustentável = Frota sustentável / Frota total × 100	Estimado: 10%	≥ 40%	80%
5. Resíduos reciclados (%)	Percentual de resíduos segregados e reciclados ou compostados	% reciclados = Resíduos reciclados / Resíduos totais × 100	Estimado: 35%	≥ 50%	≥ 80%
6. Emissões compensadas (tCO ₂ e)	Total de emissões compensadas com créditos de carbono ou reflorestamento	Soma das tCO ₂ e compensadas anualmente	0 tCO ₂ e (início das ações)	60% dos eventos compensados	100% dos escopos 1 e 2 compensados

Escopos

Dados coletados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará. Este Plano foi desenvolvido com base na ferramenta GHG Protocol, o principal padrão global para mensuração e gestão de emissões de gases de efeito estufa (GEE) em organizações.



ESCOPO 1

Emissões diretas

Dados coletados das seguintes categorias:

- Combustão estacionária (geradores);
- Combustão móvel (veículos); e
- Emissões fugitivas (extintores de incêndio e aparelhos de ar-condicionado).



ESCOPO 2

Emissões de energia

Dados coletados da seguinte categoria:

- Eletricidade (localização).



ESCOPO 3

Emissões indiretas

Dados coletados da seguinte categoria:

- Viagens a negócios;
- Emissões casa - trabalho;
- Aquisições e contratações sustentáveis;
- Gestão dos resíduos; e
- Efluentes gerados.

Ações de Mitigação Escopo 1

Categoria - Combustão móvel

1. Substituir o combustível por etanol (biocombustível):

Descrição: Adotar o etanol como combustível principal em veículos da frota, substituindo combustíveis fósseis como gasolina.

Tipo de Ação: Redução de emissão de GEE.

Impacto Ambiental: Bom – Reduz as emissões durante a combustão, além do fato do etanol ser um combustível renovável.

Custo Estimado: Baixo – Não requer grandes investimentos em infraestrutura ou na frota, admitindo que geralmente a frota é flex (aceita como combustível gasolina ou etanol).

Retorno sobre o Investimento (ROI): Médio – o custo do etanol é competitivo e acessível, proporcionando economia em curto prazo.

Observação: O etanol é uma solução de transição rápida, ideal para iniciativas iniciais de redução de emissões.

Solução a curto prazo.
É necessário analisar a disponibilidade de etanol nos postos conveniados ao TRE do Pará, principalmente nas cidades do interior do estado do Pará.

2. Substituir a frota por veículos híbridos:

Descrição: Renovar a frota com veículos híbridos plug-in que combinam motores a combustão e elétricos, reduzindo o consumo de combustível fóssil.

Tipo de Ação: Redução de emissão de GEE.

Impacto Ambiental: Ótimo – Reduz as emissões durante o uso, especialmente em trajetos urbanos.

Custo Estimado: Médio – Requer investimento inicial maior, mas é mais acessível que a compra de veículos elétricos.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Médio – Garante economia de combustível a longo prazo e menor emissão de poluentes.

Observação: Veículos híbridos são ideais para trajetos mistos, oferecendo autonomia ampliada com economia de combustível, sendo uma ótima opção quando é comum viagens longas (sem depender exclusivamente de carregamento elétrico).



Ações de Mitigação

Escopo 1

Categoria - Combustão móvel

3. Implementar o Projeto Eco Rota 360:

Descrição: Utilizar inteligência artificial (IA) para aprimoramento de sistemas para planejar rotas eficientes, integrar demandas por mesorregiões e promover caronas, reduzindo custos com combustível, manutenção e diárias, além de diminuir as emissões de GEE.

Tipo de Ação: Redução de emissão de GEE.

Impacto Ambiental: Bom – Reduz as emissões durante a combustão.

Custo Estimado: Baixo – Não requer grandes investimentos em infraestrutura ou na frota.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Alto – o custo de combustível, manutenção e diárias é reduzido consideravelmente em curto prazo.



Ações de Mitigação

Escopo 1

Categoria - Emissões fugitivas



1. Substituir aparelhos de ar-condicionado por modelos que utilizem gases refrigerantes menos poluentes ou neutros ao efeito estufa:

Descrição: Modernizar sistemas de climatização, optando por equipamentos que utilizem gases refrigerantes mais sustentáveis, como hidrofluorolefinas (HFOs) ou outros compostos de baixo potencial de aquecimento global (GWP). Priorizar modelos com tecnologia avançada e certificados de eficiência energética.

Tipo de Ação: Não emissão de GEE.

Impacto Ambiental: Ótimo – Reduz significativamente as emissões fugitivas provenientes de vazamentos de gases refrigerantes tradicionais, como hidrofluorcarbonos (HFCs).

Custo Estimado: Médio – Equipamentos com gases refrigerantes sustentáveis podem ter custo inicial maior.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Médio – Economia energética e menor impacto ambiental a longo prazo.

Observação: Substituir gradualmente, aproveitando o fim da vida útil dos equipamentos existentes, para equilibrar custos.

Ações de Mitigação Escopo 1

Categoria - Emissões fugitivas

2. Implementar um programa de manutenção preventiva para extintores e sistemas de refrigeração:

Descrição: Criar e seguir um cronograma de manutenção regular para extintores e sistemas de climatização, verificando vazamentos, recargas e adequação aos padrões ambientais.

Tipo de Ação: Redução de emissão de GEE.

Impacto Ambiental: Bom – Manutenções regulares evitam vazamentos e aumentam a eficiência dos equipamentos.

Custo Estimado: Baixo – Manutenção preventiva é acessível em comparação à substituição completa de equipamentos.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Alto – Prolonga a vida útil dos equipamentos e evita custos maiores com reparos emergenciais ou multas ambientais.

Observação: Estratégia simples e eficiente que pode ser implementada em curto prazo.



Ações de Mitigação Escopo 2

Categoria - Energia Elétrica (localização)

1. Substituir aparelhos elétricos por modelos com selo de eficiência energética:

Descrição: Realizar a substituição progressiva de equipamentos elétricos, como iluminação, ar-condicionado, computadores e eletrodomésticos, por modelos certificados com selo de eficiência energética, como o Procel ou similares. Realizar a substituição de lâmpadas fluorescentes por LED.

Tipo de Ação: Redução de emissão de GEE.

Impacto Ambiental: Ótimo – Equipamentos mais eficientes consomem menos energia, reduzindo a demanda por eletricidade de fontes não renováveis.

Custo Estimado: Médio – Custo inicial elevado, mas com economia energética significativa ao longo do tempo.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Alto – Redução nos custos operacionais com energia elétrica compensa rapidamente o investimento inicial.

Observação: Priorizar a substituição de equipamentos de maior consumo energético.



Ações de Mitigação

Escopo 2

Categoria - Energia Elétrica (localização)

2. Implantar uma usina fotovoltaica:

Descrição: Instalar painéis solares para geração de energia renovável, atendendo parte ou toda a demanda elétrica da organização. Já inaugurada a primeira etapa da usina localizada em Santarém, que atenderá a todos os cartórios eleitorais.

Tipo de Ação: Não emissão de GEE.

Impacto Ambiental: Ótimo – Reduz drasticamente a dependência de fontes de energia não renováveis e a pegada de carbono.

Custo Estimado: Alto – Investimento inicial elevado, mas com redução significativa de custos a médio e longo prazo.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Médio – Retorno pode levar alguns anos, mas oferece economia sustentável e previsível ao longo do tempo.

Observação: Ideal para organizações com alta demanda energética e espaço físico disponível.



Ações de Mitigação

Escopo 2

Categoria - Energia Elétrica (localização)

3. Contratar energia no mercado livre, priorizando energia renovável:

Descrição: Migrar para o mercado livre de energia e contratar fornecedores que garantam fornecimento de energia de fontes renováveis, como solar, eólica ou biomassa.

Tipo de Ação: Não emissão de GEE.

Impacto Ambiental: Ótimo – Reduz a pegada de carbono associada ao consumo de energia elétrica.

Custo Estimado: Médio – Pode gerar economia, dependendo do contrato e volume de consumo.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Alto – Permite maior controle de custos e previsibilidade de gastos energéticos.

Observação: Requer planejamento e adequação à legislação local.



Ações de Mitigação Escopo 3

Categoria - Viagens a Negócio

1. Evitar viagens quando puderem ser substituídas por reuniões ou eventos telepresenciais:

Descrição: Adotar a política de priorizar reuniões e eventos por videoconferência sempre que possível, eliminando a necessidade de deslocamento físico.

Tipo de Ação: Redução de emissão de GEE.

Impacto Ambiental: Ótimo – Elimina emissões associadas ao transporte aéreo, rodoviário ou hidroviário.

Custo Estimado: Zero – Infraestrutura telepresencial geralmente já está disponível e não exige custos adicionais significativos.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Alto – Economia de tempo, dinheiro e recursos, com impacto positivo no balanço ambiental da organização.

Observação: Garantir a qualidade da conexão e a adesão cultural para reuniões virtuais eficazes.



Ações de Mitigação Escopo 3

Categoria - Emissões casa-trabalho

1. Medir a emissão de GEE produzida no deslocamento casa-trabalho:

Descrição: Mensurar a emissão de Gases de Efeito Estufa - GEE resultantes do deslocamento físico da força de trabalho do tribunal para fundamentar a criação de política de redução.

Tipo de Ação: Redução de emissão de GEE.

Impacto Ambiental: Ótimo – Elimina emissões associadas ao transporte rodoviário e/ou hidroviário da força laboral.

Custo Estimado: Zero – atividade de medição não tem custo. A previsão orçamentária das medidas a serem implementadas está condicionada à criação de política de redução.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Alto – Economia de tempo, dinheiro e recursos, com impacto positivo no balanço ambiental da organização.



Ações de Mitigação Escopo 3

Categoria - Emissões casa-trabalho

2. Possibilitar que as capacitações online equivalentes à jornada total diária sejam acompanhadas remotamente.

Descrição: Possibilitar às servidoras e aos servidores que acompanhem de casa as capacitações online com duração equivalente à jornada diária de trabalho.

Tipo de Ação: Redução de emissão de GEE.

Impacto Ambiental: Ótimo – Elimina emissões associadas ao transporte rodoviário e/ou hidroviário da força laboral.

Custo Estimado: Zero – Infraestrutura telepresencial geralmente já está disponível e não exige custos adicionais significativos.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Alto – Economia de tempo, dinheiro e recursos, com impacto positivo no balanço ambiental da organização.



Ações de Mitigação Escopo 3

Categoria - Resíduos sólidos

1. Implementar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS):

Descrição: Aperfeiçoar a coleta seletiva, a gravimetria e a pesagem dos resíduos sólidos encaminhados às associações de catadores e do lixo encaminhado ao aterro sanitário. Estabelecer parceria com cooperativas de reciclagem. Promover ações e eventos de educação ambiental.

Tipo de Ação: Redução de emissão de GEE.

Impacto Ambiental: Ótimo – Diminui emissões de metano provenientes da decomposição de resíduos orgânicos em aterros e incentiva a reciclagem, que consome menos energia do que a produção de novos materiais. Podendo inclusive destinar parte dos resíduos orgânicos para compostagem própria ou de terceiros.

Custo Estimado: Médio – Exige investimento inicial em infraestrutura e campanhas educativas, mas apresenta baixo custo de manutenção.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Alto – Redução de custos de destinação final de resíduos, melhoria da imagem ambiental e menor impacto ambiental a longo prazo.

Observação: Realizar diversas ações de capacitação e sensibilização para criar uma nova cultura organizacional de baixa produção de lixo.



Ações de Mitigação Escopo 3

Categoria - Efluentes gerados

1. Utilizar sistemas de redução de consumo de água:

Descrição: Adotar dispositivos de economia de água, como torneiras com temporizadores, descargas de duplo acionamento e sensores automáticos, diminuindo o consumo de água e a quantidade de efluentes gerados.

Tipo de Ação: Redução de emissão de GEE.

Impacto Ambiental: Bom – Reduz a pressão sobre os recursos hídricos e diminui as emissões associadas ao tratamento de efluentes.

Custo Estimado: Médio – Necessário investimento inicial na aquisição e instalação dos dispositivos, mas com retorno em longo prazo pela economia de água.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Alto – Redução significativa nos custos da conta de água e no tratamento de efluentes.

Observação: Realizar campanhas de conscientização para evitar desperdício, garantindo o uso eficiente da tecnologia instalada.



AÇÕES DE COMPENSAÇÃO

1. Compensar emissões de GEE das atividades do TRE do Pará por meio da compra de créditos de carbono

Aplicação: Escopo 1, Escopo 2, Escopo 3.

Objetivo: Neutralizar as emissões da organização

Descrição: Adquirir créditos de carbono no mercado voluntário para compensar as emissões residuais de gases de efeito estufa (GEE) do ano anterior.

Objetivo: Mitigar o impacto ambiental causado pelas emissões não eliminadas, alinhar-se às boas práticas internacionais (GHG Protocol, ISO 14064) e demonstrar compromisso com a neutralidade de carbono.

Etapas 1: Mensurar as emissões residuais do ano anterior com base no inventário de GEE (Janeiro a Fevereiro).

Etapas 2: Obter auditoria e certificação por entidade terceira acreditada (Fevereiro a Abril).

Etapas 3: Identificar e adquirir os créditos no mercado voluntário (Maio a Julho).

Metodologia:

- Consolidar os dados do inventário anual de GEE e validar o cálculo das emissões residuais.
- Selecionar uma entidade terceira acreditada para auditoria e certificação das emissões.
- Identificar projetos confiáveis no mercado voluntário de carbono.
- Adquirir créditos em quantidade exata para neutralizar as emissões verificadas.
- Documentar o processo e divulgar os resultados no relatório de sustentabilidade.

Valor do Investimento (ROI): O custo depende do volume de créditos necessários e do tipo de projeto selecionado. Valores médios podem variar entre R\$ 40,00 e R\$ 400,00 por tonelada de CO₂ equivalente.

AÇÕES DE COMPENSAÇÃO

2. Compensar emissões de GEE de eventos promovidos pelo TRE do Pará por meio da compra de créditos de carbono

Aplicação: FestLabs e VERDEMOCRACIA.

Objetivo: Neutralizar as emissões dos eventos.

Descrição: Adquirir créditos de carbono no mercado voluntário para compensar as emissões de gases de efeito estufa (GEE) durante os eventos, incluindo a montagem, execução dos eventos, desmontagem e coleta seletiva.

Objetivo: Mitigar o impacto ambiental causado pelas emissões, alinhar-se às boas práticas internacionais (GHG Protocol, ISO 14064) e demonstrar compromisso com a neutralidade de carbono.

Etapa 1: Contratar empresa para neutralizar os eventos;

Etapa 2: Mensurar as emissões do evento com base no inventário de GEE (em todas as etapas);

Etapa 2: Obter auditoria e certificação pela empresa contratada.

Etapa 3: Identificar e adquirir os créditos dentre os projetos socioambientais oferecidos pela empresa contratada.

Etapa 4: Receber certificação rastreável dos créditos adquiridos.

Valor do Investimento (ROI): O custo médio para contratação de empresa para neutralização dos eventos é de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

3. Ações de plantio de árvores nativas

Objetivo: Compensar emissões de GEE com ações de reflorestamento.

Descrição: Plantar árvores nativas nos eventos FestLabs e VERDEMOCRACIA e em ações de cidadania nas cidades de Capanema e Redenção.

Etapa 1: Firmar parcerias com órgãos governamentais para doação de mudas de árvores nativas;

Etapa 2: Firmar parcerias com prefeituras e secretarias de meio ambiente de Belém, Capanema e Redenção para obter terrenos e equipe técnica para plantio;

Etapa 2: Realizar o plantio de árvores nos eventos FestLabs e VERDEMOCRACIA em Belém (setembro de 2025);

Etapa 3: Realizar o plantio de árvores em Capanema durante ação de cidadania (dezembro de 2025);

Etapa 4: Realizar o plantio de árvores em Redenção durante ação de cidadania (janeiro a abril de 2026);

Valor do Investimento (ROI): As ações de plantio serão sem custos para o TRE do Pará, devido às parcerias firmadas com órgãos governamentais e do Judiciário.

SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO

A conscientização e o treinamento contínuo dos servidores e colaboradores são essenciais para o sucesso do plano. Ações de capacitação sobre a importância das práticas sustentáveis e a adoção de comportamentos responsáveis serão renovados de forma contínua.

1. Contratação do Curso "Programa de Carbono – Do Zero ao Carbono Zero", com ministrante especialista Francisco Nina.

Categoria aplicável: Capacitação em Sustentabilidade

Objetivo: Capacitar servidores(as) na gestão de emissões de GEE.

Descrição: Contratar e implementar o curso "Programa de Carbono – Do Zero ao Carbono Zero" com 20 horas-aula, abrangendo desde conceitos fundamentais de emissões, elaboração de inventário, até estratégias de neutralização.

Objetivo: Atender às exigências da Resolução Nº 594/2024 do CNJ ("Programa Carbono Zero") capacitando os(as) servidores(as) para elaborar inventários de GEE, planos de redução e neutralização de emissões, alinhados às metas de neutralidade de carbono até 2030.

Etapa 1: Contratar o curso (janeiro a março de 2025).

Etapa 2: Realizar o curso com os servidores(as) participantes (abril a junho de 2025).

Etapa 3: Aplicar os conhecimentos adquiridos na elaboração do inventário de GEE (segundo semestre de 2025).

Onde: Capacitação realizada telepresencial ou presencial, em local disponibilizado pelo órgão, a todas as unidades da instituição.

Quem:

Responsável: Coordenação de Sustentabilidade.

Participantes: Servidores(as) técnicos(as) designados(as).

Fornecedor: instrutor Francisco Nina, por meio de empresa de capacitação.

Como:

1. Formalizar o processo de contratação do curso.
2. Divulgar a capacitação e selecionar participantes com base em critérios técnicos.
3. Planejar e viabilizar a logística necessária.
4. Monitorar a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos no inventário e plano de descarbonização.

Quanto custa:

Custos limitados à contratação do curso, recursos operacionais internos e apoio logístico.

Conforme proposta de capacitação por e-mail: Francisco.nina.homegov@gmail.com

Resultados esperados:

1. Capacitação técnica: Equipe preparada para elaborar inventários completos (escopos 1, 2 e 3).
2. Conformidade normativa: Alinhamento às diretrizes do CNJ.
3. Efetividade estratégica:

Desenvolvimento de um Plano de Descarbonização alinhado às metas de neutralidade de carbono até 2030.

Atendimento aos indicadores de desempenho estabelecidos na Resolução Nº 594/2024 do CNJ, incluindo:

Indicador 1: Percentual de servidores(as) capacitados(as) em sustentabilidade e gestão de GEE.

Indicador 2: Qualidade e abrangência do inventário de GEE elaborado, com inclusão de escopos 1, 2 e 3.

Indicador 3: Implementação de planos de redução e neutralização eficazes, com monitoramento contínuo.

SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO

A conscientização e o treinamento contínuo dos servidores e colaboradores são essenciais para o sucesso do plano. Ações de capacitação sobre a importância das práticas sustentáveis e a adoção de comportamentos responsáveis serão renovados de forma contínua.

2. Palestras Semana do Meio Ambiente

Palestra: O uso de sensoriamento remoto na descarbonização de eventos

A primeira palestra foi proferida pela chefe de setor de Empreendedorismo da Diretoria de Extensão do campus Belém do Instituto Federal do Pará (IFPA), Prof^a. Tatiana Pará e fundadora do grupo Meninas da Geo.

A palestrante abordou o tema "O uso de sensoriamento remoto na descarbonização de eventos", no qual especificou a contribuição individual para emissões de gases de GEE, e como o uso de sensoriamento remoto está presente em nosso dia a dia. Do mesmo modo, destacou a importância organizações e instituições de promoverem eventos já vinculados com seu planejamento para descarbonização destes, tendo em vistas as emissões diretas e indiretas.

Palestra: Sustentabilidade em ação, da sensibilização à prática.

A segunda palestra ficou a cargo da equipe da Coordenadoria de Educação Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, técnicas em gestão de meio ambiente, bióloga Soraya Alves e a pedagoga, Isabele Carvalho.

Dentre as temáticas abordadas, as palestrantes deram ênfase ao consumo sustentável e os 5 Rs da Sustentabilidade, além da explanação sobre a Lei 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e a Resolução CONAMA 275/2001 (padronização de cores de coleta seletiva) com sensibilização ao público para adoção de uso desses coletores de maneira correta, prática esta que facilita a triagem pelas cooperativas no processo de reciclagem.

"Energia Inteligente no Tribunal e em Casa: Pequenas Ações, Grandes Economias":

O segundo dia de evento foi dedicado a temática Energia elétrica, com palestras proferidas pelos representantes da Equatorial Energia, Juraci Negrão, Cleiton Soares, Alexandro Freitas, Renata Meireles e Roberto Vasconcelos. Os palestrantes abordaram sobre "Eficiência Energética", com ênfase na sustentabilidade, a economia de energia e as situações de riscos, seguido da palestra sobre "Energia solar por assinatura", com os representantes das empresas EcoEnergia e Enova, com o foco na energia limpa e sustentável. A programação do dia finalizou com a palestra sobre "Tarifa Social", benefício concedido pelo governo que oferece descontos na conta de luz para famílias de baixa renda, implementada no Pará pela Equatorial Energia.

Palestra: A importância da participação de servidores na agenda do plano de logística sustentável do TRE do Pará

A equipe da Seção de Gestão da Sustentabilidade Ambiental e Social - SGS, apresentou os indicadores do Plano de Logística Sustentável - PLS e da Resolução CNJ 400/2021 e 594/2023, enviados mensal e anual, respectivamente.

Na ocasião, mostrou-se os dados de janeiro a abril dos indicadores de combustível, energia, água e impressão em comparação ao mesmo período de 2023, ano não eleitoral.

A apresentação objetivou aproximar os setores que repassam os dados brutos da gestão da sustentabilidade, para que as tratativas possam ser tomadas em tempo hábil.

CRONOGRAMA

23

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PERÍODO	RESPONSÁVEL
Substituição da gasolina por etanol	Realizar a troca do combustível ao renovar a contratação	A partir de 2026.	SETRA
Veículos híbridos	Alugar frota de veículos híbridos	A partir de 2026	Secretaria de Administração
ECO ROTA 360	Projeto de racionalização da frota de veículos do TRE-PA;	A partir de fevereiro de 2025	Secretaria de Administração
Substituição de aparelhos de ar-condicionado	Substituição gradual, conforme necessidade	A partir de 2026	Secretaria de Administração
Manutenção preventiva de extintores de incêndio e ar-condicionado	Criar cronograma de manutenção regular para extintores e sistemas de climatização.	A partir de fevereiro de 2025	SA e GPJ
Selo de Eficiência Energética	Substituição progressiva de equipamentos elétricos por modelos certificados com selo de eficiência energética.	A partir de fevereiro de 2025	Secretaria de Administração
Instalação de usina fotovoltaica	Instalar painéis solares em Santarém para geração de 80% da energia do TRE-PA.	Inauguração em fevereiro de 2026.	Secretaria de Administração
Capacitações em casa	Possibilitar que as capacitações online equivalentes à jornada total diária sejam acompanhadas remotamente.	agosto de 2025	Secretaria de Gestão de Pessoas
Substituir viagens por reuniões telepresenciais	Priorizar reuniões e eventos por videoconferência	Fevereiro de 2025	Alta Administração
Medir a emissão de GEE no deslocamento casa-trabalho	Mensurar a emissão de GEE resultantes do deslocamento físico do tribunal para criação de política de redução.	Novembro de 2025	SGS
Implementar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos	Aperfeiçoar a coleta seletiva, a gravimetria e a pesagem dos resíduos sólidos encaminhados às associações de catadores e do lixo encaminhado ao aterro sanitário.	A partir de julho de 2025	SGS
Utilizar sistemas de redução de consumo de água	Instalar sistemas como descargas duplas e torneiras automáticas	A partir de fevereiro de 2025	Secretaria de Administração



PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO

Tribunal Regional Eleitoral do Pará

Elaboração e editoração:

Seção de Gestão da Sustentabilidade Ambiental e Social - SGS

Comissão Gestora do PLS

sgs@tre-pa.jus.br

(91) 3346-8998

Belém, fevereiro de 2026
